

O Brasil na convergência
Um guia prático para
a adoção do IFRS



A nova linguagem da contabilidade global

O mundo ruma claramente para a convergência contábil. Mais de 100 países já adotam o International Financial Reporting Standards (IFRS), o padrão contábil que tende a ser globalmente aceito para as demonstrações financeiras. As normas relativas a esse modelo são publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e implicam um ambiente de preparação de demonstrações financeiras que requer mais julgamento e menos diretrizes baseadas em regras detalhadas.

Esse movimento de convergência traz uma série de vantagens, mas também muitos desafios. As companhias abertas e as instituições financeiras que atuam no País precisam acelerar o passo visando à apresentação de demonstrações financeiras conforme o modelo IFRS já a partir de 2010, de acordo com as regulamentações aplicáveis a cada mercado.

No entanto, para essas organizações, ajustar-se ao IFRS representa mais do que uma obrigatoriedade. É uma grande oportunidade de se integrar à nova linguagem internacional da contabilidade, que favorecerá o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos investidores, dos órgãos reguladores internacionais e de todos os agentes do mercado.

Como uma organização verdadeiramente global, a Deloitte dispõe de uma equipe única de especialistas, presente em todos os mercados importantes do mundo e especialmente preparada para endereçar os desafios das etapas de transição e convergência.

Fazendo uso de toda a sua experiência e expertise global, a Deloitte preparou este guia prático de IFRS, voltado para empresas brasileiras que estão dando os primeiros passos rumo ao padrão contábil internacional.

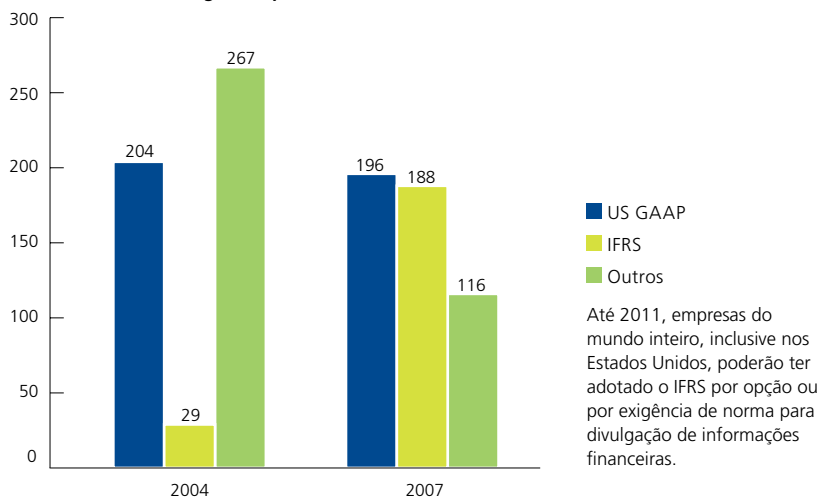
Implicações de uma tendência global cada vez mais acelerada

O movimento de convergência para as normas internacionais como prática contábil geralmente aceita no âmbito global está acelerado. Dentre os recentes acontecimentos que marcam o processo de convergência para o IFRS no Brasil, destacam-se:

- A criação de uma regulamentação de governança corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que requer que companhias listadas no Nível II e no Novo Mercado apresentem suas demonstrações financeiras reconciliadas com o IFRS ou com os Generally Accepted Accounting Principles in the United States (US GAAP), princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos;
- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da instrução nº 457/07, determina que as companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional;
- O Banco Central do Brasil (BC) emitiu o Comunicado 14.259/06, exigindo que as demonstrações de instituições financeiras sejam preparadas com base no IFRS a partir de 2010.
- Em novembro de 2007, a United States Securities and Exchange Commission (SEC), órgão equivalente à CVM no Brasil, aprovou a eliminação da exigência de empresas estrangeiras listadas nas bolsas norte-americanas (Foreign Private Issuers – FPIs) que preparam demonstrações financeiras em IFRS fazerem a reconciliação com os US GAAP. O regulamento está em vigor para anos fiscais com término após 15 de novembro de 2007.
- A Lei nº 11.638/07, que veio para acelerar o processo de convergência entre as práticas contábeis adotadas no Brasil com o IFRS.

Atualmente, o IFRS é utilizado na elaboração de relatórios financeiros em mais de 100 países e deverá ser adotado por muitos outros, incluindo Chile (2009), Coréia do Sul (2009) e Canadá (2011). Recentemente, os Estados Unidos também propuseram um *roadmap* para a adoção do IFRS.

Global Fortune 500 migrando para o IFRS



Até 2011, empresas do mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos, poderão ter adotado o IFRS por opção ou por exigência de norma para divulgação de informações financeiras.

Benefícios da adoção do IFRS

Empresas brasileiras que captam capital externo ou operam no exterior precisam, em geral, preparar vários conjuntos de demonstrações financeiras para obedecer aos princípios contábeis locais de diferentes países, o que pode ser uma tarefa difícil e bastante onerosa.

Os recentes desenvolvimentos no ambiente de negócios brasileiro serviram de alerta a muitos executivos. A possibilidade de adoção de um padrão contábil globalmente aceito aumentou o interesse das empresas brasileiras em compreender (e aplicar) o IFRS e seus benefícios associados.

Complexidade reduzida, maior transparência, comparabilidade e eficiência são alguns dos benefícios da adoção do IFRS:

Investidores – Cada vez mais, os investidores estão à procura de informações financeiras de alta qualidade e vêem o uso do IFRS como uma oportunidade de realizar uma comparação entre empresas de diversos setores globais. Quanto mais a demanda por informações financeiras com base no IFRS crescer, mais uniforme deverá se tornar o campo de atuação, permitindo que os investidores tenham uma perspectiva comparativa cada vez mais eficaz dos resultados financeiros de diversas empresas.

Mercados de capitais – A utilização de um único padrão de normas contábeis permite que empresas e investidores acessem mercados múltiplos ou estrangeiros com mais facilidade. Isso pode estimular os investimentos e facilitar o fluxo de capital entre os países.

Empresas – A simplificação dos processos de divulgação de relatórios financeiros por meio de uma padronização de normas em escala global deve eliminar sistemas de contabilidade divergentes e possibilitar maior coerência das demonstrações, reduzindo os custos, aumentando a eficácia operacional e diminuindo a probabilidade de erros resultantes da má aplicação das normas.

O melhor caminho para empresas brasileiras

Tendo em vista o prazo para adoção do IFRS no Brasil, é de grande importância que as empresas brasileiras comecem a buscar uma melhor compreensão do IFRS, como sua implementação irá impactar sua organização e a determinação de um curso de ações adequado para a convergência.

Nesse sentido, acredita-se que diretores financeiros, diretores executivos, comitês de auditoria e conselhos de administração devem considerar os passos a seguir, em um esforço de compreensão do impacto do IFRS sobre suas empresas:

1. Avaliar qual a situação atual da empresa em relação ao IFRS;
2. Empresas brasileiras com as características a seguir podem ter maior motivação para considerar a adoção do IFRS:
 - A empresa controladora localizada no exterior, ou mesmo os investidores da controladora, passaram a utilizar o IFRS em seus relatórios;
 - Os investidores (incluindo os participantes de *joint ventures*) fora do Brasil passaram a adotar o IFRS em seus relatórios;

- Empresas com estruturas transnacionais;
- Empresas com negócios em setores industriais em que a maioria dos participantes utiliza o IFRS em relatórios financeiros.

Perguntas importantes — A organização é obrigada a usar o IFRS nos relatórios, por exigência da legislação ou por outros motivos? Como a organização está lidando com essas obrigações? Qual é o risco de exposição atual da organização nos termos das exigências do IFRS?

3. Avaliar como os relatórios com base no IFRS irão impactar a organização, tendo em vista aspectos culturais, fiscais e a relativos à elaboração dos relatórios financeiros. Considerar se as novas obrigações de demonstração com base no IFRS estão impactando a organização no mundo todo e se os concorrentes estão adotando o mesmo padrão contábil.
4. Analisar o custo-benefício da adoção do IFRS. O novo modelo contábil ajuda a organização a aumentar a eficácia dos procedimentos de elaboração dos relatórios financeiros? Quais são os custos de implementação do IFRS? Quanto tempo a empresa levará para se adaptar ao novo padrão? A organização estará pronta para a mudança quando a adoção do IFRS se tornar obrigatória?
5. Desenvolver um plano de implementação do IFRS para uma conversão efetiva e eficaz. Pode-se optar pela adoção de um plano dividido em fases ou um plano expresso, a ser colocado em prática quando o prazo para adoção do IFRS se aproximar. Avaliar qual tipo de abordagem é mais adequada para satisfazer as necessidades particulares da empresa.

Planejamento para adoção do IFRS

A tendência mundial da adoção do IFRS como um único conjunto de normas contábeis e de divulgação de informações financeiras traz alguns desafios. Para as empresas e a grande comunidade obrigada a apresentar demonstrações financeiras, talvez o maior desafio seja o aspecto cultural. Conciliar as normas contábeis pode ser relativamente fácil se comparado com a coordenação de uma variedade de diferenças culturais e perspectivas envolvendo a aplicação e interpretação do IFRS. Isso também inclui a preocupação com as conseqüências legais e financeiras relativas à abdicação das normas anteriores.

Para uma empresa multinacional, garantir que o IFRS seja aplicado de forma consistente no mundo todo poderá exigir esforços consideráveis para a criação de políticas, modificações de sistemas e capacitação de pessoal. Com a adoção do IFRS, empresas, auditores, órgãos reguladores e outros usuários precisam adaptar-se a um ambiente de preparação de demonstrações financeiras que requer mais julgamento e menos diretrizes baseadas em regras detalhadas. Essa abordagem contábil implica uma mudança de mentalidade.

Os diretores financeiros devem ficar atentos às importantes tendências contábeis atuais, que trazem tanto oportunidades quanto riscos à empresa. Tendo avaliado os desafios e os benefícios associados ao IFRS, algumas empresas, especialmente aquelas que operam globalmente, tomaram algumas medidas com relação ao desenvolvimento e à implementação de uma estratégia referente ao IFRS que já lhes permite se posicionar para o futuro.

Então, como os líderes corporativos, especialmente os da área financeira, podem começar a se planejar adequadamente para o mundo regido pelo IFRS?

Preparação inicial

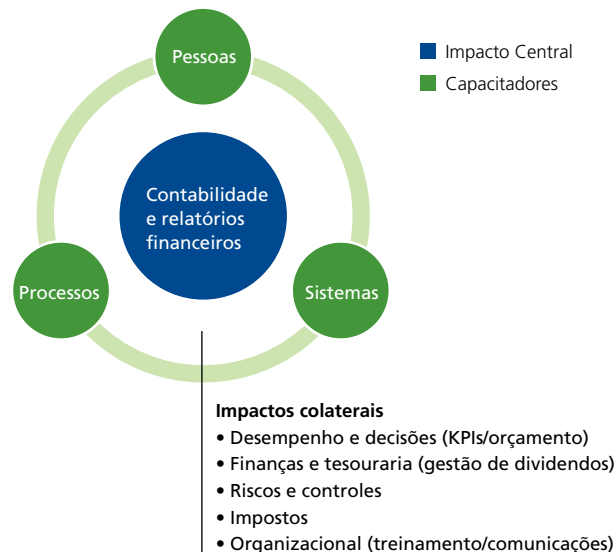
Os líderes corporativos precisam se familiarizar com o “quadro geral” das questões para poderem compreender plenamente o impacto que a mudança para o IFRS irá causar em suas organizações. Essa perspectiva irá ajudar a determinar a abordagem

para a coordenação de elementos-chave, avaliar o estado de *readiness* atual da empresa e identificar as prioridades para permear o desenvolvimento da estratégia final de implementação do IFRS. Essa preparação é o estágio inicial em que os líderes corporativos ganham melhor percepção do tipo de mudança que a organização pode esperar quando chegar a hora de implementar o novo modelo contábil.

A transição para o IFRS não inclui somente a mudança das políticas contábeis. Ela tem impacto em toda a organização, incluindo os sistemas de informação para preparação das demonstrações financeiras, controles internos, impostos, tesouraria, gerenciamento de caixa, jurídico etc. Essa conversão requer mudanças que envolvem funcionários, processos e sistemas, mas, se devidamente planejada e administrada, ela poderá trazer melhorias substanciais no desempenho das funções financeiras, nos controles e reduzir os custos. Para que a implementação seja bem-sucedida, é importante que o impacto do IFRS sobre os vários aspectos da empresa seja bem administrado.

Impactos da adoção do IFRS na sua empresa

Todos os aspectos dos negócios e das operações da empresa são potencialmente afetados pela implementação do IFRS



Aspectos Contábeis

Os diretores financeiros, *controllers* e diretores contábeis devem estar atentos aos desafios que encontrarão ao longo do processo de mudança do BR GAAP para o IFRS. Além das diferenças mensuráveis entre os dois conjuntos de normas, as empresas precisarão levar em conta:

- **Princípios versus regras** – A adoção de padrões baseados em princípios exigirá uma mudança de mentalidade e abordagem. O IFRS tem menos regras detalhadas e normalmente exige maior dose de julgamento para determinação de como contabilizar uma operação. A ênfase maior é dada à substância das operações. Avaliar se a informação financeira reflete a realidade econômica e assegurar que operações e transações semelhantes sejam contabilizadas coerentemente são passos importantes para determinar o tratamento apropriado segundo o IFRS. Empresas precisam garantir que seus julgamentos a respeito da seleção de práticas do IFRS e suas aplicações estejam suficientemente embasados e documentados, caso sejam contestados. Os diretores financeiros de empresas brasileiras listadas nas bolsas dos Estados Unidos (por exemplo, FPIs) devem lembrar também que terão de apresentar certificados referentes às demonstrações financeiras elaboradas com base no IFRS eventualmente apresentadas à SEC no Formulário 20-F.
- **Considerações de aplicação** – As diferenças contábeis entre o IFRS e o BR GAAP irão variar. Algumas diferenças serão significativas, outras poderão ser percebidas nos detalhes ou dependerão da indústria/setor de atividade da empresa. As alternativas contábeis devem ser avaliadas a partir de uma perspectiva global – não somente com vistas ao estabelecimento de uma política, mas também diante dispensas voluntárias e obrigatórias com relação à aplicação retroativa do IFRS, previstas nas regras do IFRS 1 (Primeiro Ano de Adoção do IFRS).
- **Considerações de valor justo** – Os conceitos sobre valor justo (*fair value*) são atualmente pouco difundidos e aplicados pelas empresas brasileiras para fins de registro de transações e manutenção de saldos de ativos e passivos em BR GAAP. Já o IFRS possui cerca de 20 pronunciamentos contábeis visando a mensuração e reconhecimento de transações monetárias e não monetárias a *fair value*, com vasta aplicação no ambiente brasileiro. A mensuração de ativos e passivos é um exercício complexo, especialmente quando os preços desses ativos e passivos não estão disponíveis ou cotados em mercados ativos. A seleção do modelo de avaliação mais apropriado e das suas premissas a serem utilizadas dependerá muito de julgamentos e pode trazer mais volatilidade aos resultados da empresa. As organizações deverão antecipar-se na avaliação e mensuração dos potenciais impactos que uma contabilidade a *fair value* pode trazer ao dia-a-dia dos relatórios financeiros.
- **Considerações sobre conversão e convergência** Esses dois termos parecem iguais, mas têm significados diferentes. Conversão é a transição geral para um novo conjunto de normas contábeis; convergência é a nova redação dada a uma norma contábil de cada vez. O que algumas pessoas podem não entender é que a conversão e a convergência podem acontecer em períodos diferentes. A partir de 2010, empresas brasileiras de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras deverão obrigatoriamente elaborar demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS. No entanto, algumas companhias listadas na Bovespa nos níveis diferenciados de governança corporativa (Novo Mercado e Nível II) são obrigadas a apresentar suas demonstrações financeiras completas de acordo com IFRS ou US GAAP ou elaboradas de acordo com BR GAAP com reconciliação ao IFRS ou US GAAP dentro de dois anos após sua abertura de capital. Enquanto essas empresas estão no rumo de conversão para o IFRS até 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem um plano agressivo para editar novas normas de contabilidade brasileira em consonância com IFRS até 2010, como resultado

da Lei 11.638/07. Portanto, o resto das empresas brasileiras serão participantes ativas na convergência das práticas contábeis no Brasil com IFRS nos próximos anos. Dessa forma, todas as empresas precisarão se planejar para os prazos de conversão e convergência.

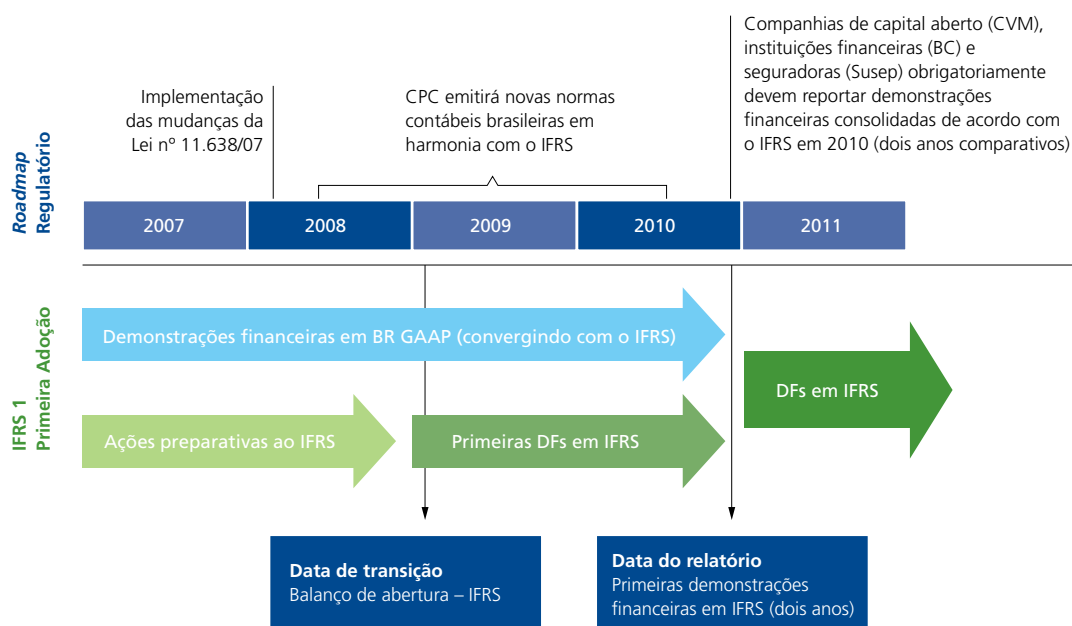
- **Considerações relativas à primeira adoção** – A IFRS 1 oferece exceções em razão da necessidade de conformidade com determinados aspectos do IFRS na adoção inicial, em que o custo poderá exceder potencialmente os benefícios dos usuários das demonstrações financeiras. As exceções existem em muitas áreas, como no caso da combinação de negócios (*business combinations*), pagamentos baseados em ações (*share-based payments*) e determinados aspectos da contabilidade de instrumentos financeiros. As empresas precisarão determinar quais exceções são mais apropriadas.

Para começar

As empresas devem começar a compreender as áreas-chave das diferenças entre o IFRS e o BR GAAP. Algumas exigirão pequenas modificações e outras trarão impactos significativos para a organização. As diferenças poderão também impactar muitas políticas contábeis atuais. Algumas áreas contábeis precisarão de políticas diferentes para o IFRS quando comparadas com BR GAAP devido à clara divergência entre as normas. Em outras áreas, poderá haver ou não diferenças, dependendo das escolhas que a empresa fizer com base no IFRS. A identificação dessas disparidades e a determinação do nível de esforços exigidos pela organização para abordar essas mudanças são passos importantes no desenvolvimento de uma estratégia de conversão para o IFRS.

A matriz na página seguinte poderá servir como base de identificação e priorização das diferenças mais representativas entre as práticas contábeis em BR GAAP e IFRS.

Considerações para o cronograma da implementação do IFRS



Pronunciamentos em IFRS – Matriz de impacto e prioridades

Áreas de foco na implementação do IFRS – Geral

Impacto	Alto	IAS 16		IFRS 3	IAS 27	IFRS 6	IFRIC 15	IAS 39	IAS 21	IAS 41	IAS 32	Prioridade ■ Alta – Imediata ■ Média – Não esquecer ■ Baixa – Pode esperar
	Médio	IAS 2	IAS 19	IAS 28	IAS 36	IAS 17	IAS 31	IFRS 4	SIC 12	IAS 40	IFRIC 12	
				IAS 23	IAS 37	IFRIC 14	IFRIC 1	IAS 38	IFRS 1	IAS 33	IFRIC 4	
Baixo	IAS 24	IAS 34	SIC 32	IAS 11	IFRIC 2	SIC 31	IFRS 7	IAS 7	IAS 26	IFRS 8	IAS 29	
		Baixa		Complexidade		Alta						

Lista representativa de pronunciamentos em IFRS e tópicos relacionados

IFRS 1	Primeiro ano de adoção do IFRS	IAS 31	Joint ventures
IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	IAS 32	Instrumentos financeiros – divulgação e apresentação
IFRS 3	Combinações de empresas	IAS 33	Lucro por ação
IFRS 4	Contratos de seguros	IAS 34	Informações interinas
IFRS 5	Bens destinados a venda e operações descontinuadas	IAS 36	Perda no valor recuperável de ativos
IFRS 6	Direitos de exploração – mineração	IAS 37	Provisões e contingências
IFRS 7	Instrumentos financeiros – divulgações	IAS 38	Ativos intangíveis
IFRS 8	Segmentos	IAS 39	Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração
		IAS 40	Propriedades de investimento
IAS 2	Estoques	IAS 41	Agricultura
IAS 7	Fluxo de caixa		
IAS 11	Contratos de construção	IFRIC 1	Desativação de ativos – provisões
IAS 12	Tributação sobre a renda	IFRIC 2	Cooperativas
IAS 16	Ativo imobilizado	IFRIC 4	Arrendamento mercantil
IAS 17	Arrendamento mercantil	IFRIC 11	Transações intragrupo em ações e ações em tesouraria
IAS 18	Receita	IFRIC 12	Contratos de concessões de serviços
IAS 19	Planos de benefícios a empregados	IFRIC 13	Programas de fidelidade
IAS 20	Subvenções governamentais	IFRIC 14	Limite em planos de pensão superavitários
IAS 21	Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IFRIC 15	Contratos para construção imobiliária
IAS 23	Capitalização de juros		
IAS 24	Partes relacionadas	SIC 12	Special Purpose Entities (SPE's)
IAS 26	Planos de aposentadoria	SIC 31	Custos de publicidade – <i>barter</i>
IAS 27	Consolidação	SIC 32	Custos de <i>website</i>
IAS 28	Investimentos em coligadas		
IAS 29	Hiperinflação		

Aspectos fiscais

Entender as conseqüências fiscais do IFRS será importante para os executivos das áreas financeira e tributária. Enquanto as incertezas sobre a promessa de “neutralidade fiscal” a respeito da migração para o IFRS no Brasil ainda permanecem, os esforços de conversão para o IFRS exigirão uma ação conjunta das áreas financeira e fiscal para garantir resultados fiscais apropriados no futuro. As considerações-chave incluem:

- **Prazo de conversão** – O monitoramento dos desenvolvimentos referentes às normas de contabilidade a serem emitidas pelo CPC nos próximos anos e as diretrizes esperadas da Receita Federal sobre a aplicação de eventuais tratamentos diferenciados para fins tributários deverão ser embutidos em qualquer plano de implementação do IFRS. Mudanças no processo de elaboração das demonstrações financeiras e das declarações do imposto de renda poderão ocorrer em dois estágios: primeiro, na adoção de uma norma contábil resultante do projeto de convergência em andamento pelo CPC e, segundo, a conversão para a Norma Internacional de Contabilidade nº 12, imposto de renda (IAS 12), em substituição às normas contábeis brasileiras atuais como resultado da conversão plena para o IFRS nos casos de companhias de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras a partir de 2010.
- **Diferenças na contabilização do imposto de renda** – Embora o IAS 12 e o BR GAAP tenham muito em comum, existem diferenças entre as duas normas. Permanecerão ainda algumas áreas de divergência, inclusive, por exemplo, posições fiscais incertas, *leasing* e impostos diferidos relativos a pagamentos baseados em ações e certos aspectos de transações de fusão e aquisição (*business combinations*).
- **Métodos de contabilidade tributária** – As empresas que mais aproveitarem os benefícios da conversão para o IFRS irão abordar essa tarefa como mais do que um exercício na aplicação do IAS 12. A identificação e contabilização dos eventuais ativos e passivos diferidos associados às diferenças

entre a contabilidade fiscal e IFRS resultarão em grande esforço e provavelmente exigirão mudanças significativas nos processos e sistemas utilizados para elaboração de declarações de imposto de renda e a contabilização de impostos diferidos. Além disso, visto que o ponto de partida na maioria das jurisdições do mundo (inclusive no Brasil) para o cálculo do lucro tributável é o lucro antes dos impostos apurados conforme a legislação societária, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, as empresas devem avaliar cuidadosamente os impactos relativos aos ajustes de transição para o IFRS do ponto de vista fiscal, visando evitar eventuais questionamentos.

- **Planejamento tributário** – Os planejamentos tributários globais ou locais podem ser revisados para abordar as potenciais mudanças associadas aos cronogramas de conversão em todas as jurisdições do mundo, bem como abranger os novos pronunciamentos em harmonia com o IFRS que estão atualmente em processo de discussão ou que serão emitidos pelo CPC, visando à plena conversão para o IFRS para fins societários. Por exemplo, o planejamento tributário relacionado ao IFRS deve considerar as mudanças globais nas taxas efetivas de impostos que poderão aparecer como resultado do seguinte:
 - Exigência, segundo o IAS 12, de preferência pelo BR GAAP para reconhecimento de impostos tanto correntes como diferidos, no caso de venda de estoque e outros ativos entre coligadas;
 - A exigência do IAS 12 para reconhecer o imposto diferido sobre as flutuações da taxa de câmbio nas diferenças temporárias de subsidiárias estrangeiras que usam o real como sua moeda funcional;
 - A conversão para o IFRS poderá impactar as bases de cálculo de receitas e custos utilizados para sustentar estratégias de preços de transferência (*transfer pricing*) globais. Essas estratégias, seus modelos e os critérios de avaliação poderão requerer mudanças ou atualizações para evitar conseqüências negativas;
 - A conversão para o IFRS poderá também impactar o cálculo da base da controladora em suas subsidiárias estrangeiras e, com isso, influenciar os planos de repatriamento de capital e dividendos.

O planejamento apropriado deve envolver uma análise dos resultados fiscais tanto antes quanto após a adoção do IFRS.

A conversão para o IFRS é um fenômeno global. À medida que as regras fiscais locais forem baseadas em normas contábeis, potencialmente haverá um impacto correspondente nos atributos fiscais de uma subsidiária naquela jurisdição. O Brasil não é a única jurisdição que contempla a convergência com o IFRS ou a conversão para o IFRS. Outros países, como Canadá, Japão e os Estados Unidos, estão desenvolvendo vários projetos para convergir suas normas com as do IFRS. Toda vez que uma norma contábil local ou global é modificada, os atributos fiscais das empresas localizadas nessas jurisdições acabam sendo impactados.

Para começar

Uma avaliação fiscal com base no IFRS provavelmente irá identificar posições fiscais e métodos de contabilidade tributária que podem sofrer impactos devido às mudanças das normas de elaboração de relatórios financeiros. Os profissionais da área fiscal devem considerar a condução de uma análise de impacto de alto nível que destaque as potenciais mudanças na provisão para imposto de renda nas seguintes áreas:

- Imposto de renda corrente;
- Imposto de renda diferido;
- Impostos indiretos (ICMS, PIS, Cofins, etc.).

Com base nos resultados dessa análise, as empresas podem iniciar a avaliação do impacto da conversão nos processos fiscais e na tecnologia.

Outro passo importante na conversão para o IFRS envolve a identificação de questões da adoção pela primeira vez, como as escolhas de conversão disponíveis nas regras fiscais de transição e outras normas contábeis do IFRS que podem causar impacto. Fazer uma lista das questões fiscais e planejar as oportunidades, assim como elaborar um plano de abordagem geral às questões tributárias de conversão

para o IFRS, serão importantes para apropriar os custos fiscais relacionados e os benefícios associados da conversão. Além disso, um planejamento cuidadoso ajudará a priorizar e incorporar as questões fiscais importantes no cronograma geral de conversão.

Processos internos e elaboração de relatórios financeiros

É provável que a adoção de um único padrão global de normas contábeis como o IFRS resulte em eficiência e melhoria dos controles internos das empresas. Para isso, diversos processos de elaboração de relatórios deverão ser avaliados e/ou harmonizados. As considerações-chave incluem:

- **Fechamento e consolidação** – É provável que a adoção do IFRS exija uma mudança no plano de contas contábil para garantir que as informações pertinentes sejam devidamente apropriadas. Isso pode incluir uma mudança nos processos atuais de consolidação corporativa ou no ajuste da data do fechamento de contas.
- **Relatórios da administração** – É provável que as métricas usadas como base para medir o desempenho nos relatórios da administração (KPIs) sejam impactadas pela mudança do padrão contábil. KPIs como lucro por ação e EBITDA podem ser diferentes quando calculados de acordo com o IFRS. Também poderá haver a necessidade de se desenvolver uma nova métrica para mensurar o desempenho e compará-lo com os indicadores da concorrência. Além disso, cláusulas restritivas de instrumentos de endividamento (*convenants*) podem requerer alterações em resposta às mudanças nas informações financeiras preparadas de acordo com o IFRS.
- **Jurídico** – A adoção do IFRS pode impactar atuais contratos da empresa. Muitos deles, inclusive contratos com fornecedores, clientes, relativos a *joint ventures* e dívidas, devem ser revisados para garantir que o tratamento contábil esteja de acordo com o IFRS. Alguns desses contratos poderão exigir renegociação ou outras modificações, caso seus termos impliquem efeitos negativos ou inesperados

quando contabilizados de acordo com o IFRS (derivativos embutidos, cláusulas que impactam modelos de consolidação, entre outros). Para melhorar a eficiência desse processo, a área jurídica das empresas deve ser envolvida no processo de implementação. A criação de um banco de dados dos contratos para monitorar eventuais efeitos também será um passo importante no processo de conversão.

- **Outros controles internos** – A mudança para uma nova base contábil, incluindo a troca de regras para princípios e alteração nos sistemas financeiros, irá afetar o ambiente interno de controle. A documentação precisará ser atualizada e os processos implementados, a fim de mitigar novos riscos.
- **Relatórios societários** – Para muitas empresas brasileiras com operações globais, os relatórios financeiros com base no IFRS já são uma realidade em algumas subsidiárias. Muitas vezes, os relatórios têm sido primeiramente consumados em algumas localidades, recebendo menos atenção corporativa. Entretanto, no ambiente do IFRS, o potencial para a adoção de um conjunto coerente de normas contábeis aplicado a várias localidades provoca a necessidade da aplicação consistente em toda a organização — o que também cria a oportunidade de padronização e centralização da elaboração dos relatórios societários.

Para começar

Relacionar as exigências para elaboração das demonstrações financeiras segundo o IFRS nas unidades de negócio e nas subsidiárias, com o objetivo de entender em que medida as normas do IFRS já estão sendo aplicadas ou o quanto ainda podem ser aplicadas e identificar os recursos disponíveis dentro da organização para apoiar o esforço de implementação do IFRS. Será importante também avaliar o grau de consistência em que as políticas contábeis com base no IFRS serão aplicadas.

Infra-estrutura de sistemas de tecnologia (TI)

As mudanças nas políticas contábeis e nos processos de relatórios financeiros podem também causar impacto significativo nos sistemas financeiros e na infra-estrutura necessária para a elaboração de relatórios da empresa. Essas mudanças podem exigir alguns ajustes nas interfaces existentes e nos bancos de dados subjacentes para incorporar dados específicos para suportar a prestação de informações financeiras segundo o IFRS. Os diretores financeiros precisarão colaborar com seus colegas de TI na revisão dos sistemas em razão das implicações do IFRS. As considerações-chave incluem:

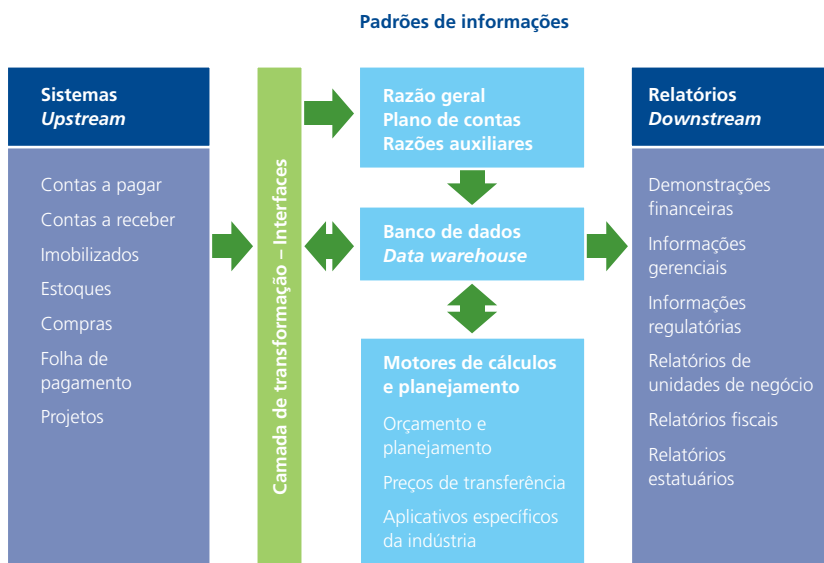
- **Sistemas *upstream*** – Muitas vezes, a transição do BR GAAP para o IFRS pode resultar na exigência de relatórios complementares para áreas tão complexas quanto as tributária, de instrumentos financeiros, de pagamentos com base em ações e ativos fixos, entre outras. Podem ser necessários não somente ajustes no sistema para tratar essas áreas, mas também modificações das interfaces entre esses sistemas-fonte e a razão geral. Uma vez que essas informações são obtidas por meio do uso de planilhas complexas, a adoção do IFRS pode servir como um catalisador de oportunidades de melhorias nos sistemas e processos.
- **Razão geral** – A conversão para o IFRS pode exigir mudanças no plano de contas e modificações para apropriar dados específicos exigidos por esse modelo contábil. Além disso, durante a transição para o IFRS, o balancete possivelmente precisará acomodar múltiplos livros contábeis (segundo o BR GAAP, tributários e o IFRS) e a manutenção de múltiplas estruturas de livros contábeis durante a transição demandará planejamento. No entanto, a longo prazo, as conversões podem oferecer oportunidades de simplificação dos sistemas de relatórios ao reduzir o número de razões gerais anteriormente exigidos.
- **Banco de dados (*data warehouse*)** – Os sistemas atuais podem não oferecer a funcionalidade para lidar com as exigências do IFRS e, dessa forma, os requisitos relativos a informações financeiras devem ser identificados, e o impacto desses requisitos sobre os modelos de dados existentes deve ser analisado.

- **Relatórios *downstream*** – A conversão para o IFRS pode também resultar em mudanças no número de empresas consolidadas, estruturas mapeadas e formatos de demonstrações financeiras. Tudo isso demandará ajustes com relação ao sistema de consolidação. Os modelos de relatórios externos precisarão ser avaliados para que as mudanças necessárias sejam identificadas.

Questões organizacionais

Mudanças organizacionais exigem planejamento, comunicação e capacitação da empresa como um todo. É importante considerar as questões organizacionais que, quando identificadas desde o início, podem ajudar a pavimentar o caminho e amparar a implementação final do IFRS. Os gestores de Recursos Humanos e de Finanças devem levar em conta as seguintes considerações-chave:

Exemplo de arquitetura de sistemas



Para começar

Uma vez identificados o escopo e o nível das diferenças técnicas contábeis, outro passo importante é determinar o impacto sobre os sistemas de informação e as interfaces do sistema. O IFRS pode ter amplas implicações em sistemas de *front-end*, razão geral, razão auxiliar e aplicativos de elaboração dos relatórios, os quais podem precisar de avaliação como parte da análise de impacto.

Conforme os projetos de novos sistemas atualmente definidos e planejados (por exemplo, implementação dos requisitos do SPED, migração de versões de ERP, entre outros) é importante alinhar as exigências desses projetos com o provável impacto dos relatórios segundo o IFRS.

- **Prontidão organizacional (*readiness*)** – Um passo importante para a avaliação do impacto do IFRS é compreender a atual conscientização da empresa quanto ao novo padrão contábil e determinar que tipo de programa de treinamento será necessário. Além de promover uma estratégia de comunicação interna, outras atividades de conscientização, como *workshops*, devem ser consideradas.
- **Treinamento e aprendizado** – O treinamento para conhecimento do IFRS não deve ficar restrito à área de contabilidade, mas deve ser estendido a outros funcionários. Isso poderá significar um grande desafio para a empresa e exigirá a realização de ações de conscientização, como *workshops*, para abordar as necessidades de aprendizado.
- **Comunicação com as partes interessadas (*stakeholders*)** – A conversão para o IFRS também significa prever as necessidades de informação e comunicação de partes interessadas externas, incluindo o conselho de administração, acionistas, credores e analistas, entre outros. Será necessário, por exemplo, auxiliar no conhecimento financeiro dos membros do conselho de administração relacionado ao IFRS.

Para começar

O IFRS pode trazer muitos impactos nas organizações. A identificação das partes que sofrerão esses impactos e a avaliação de suas necessidades de informação são passos importantes ao longo do processo de implementação. O estabelecimento de um plano para abordar as necessidades de treinamento e comunicação de médio e longo prazos para as partes interessadas pode favorecer ainda mais o plano geral de conversão para o IFRS.

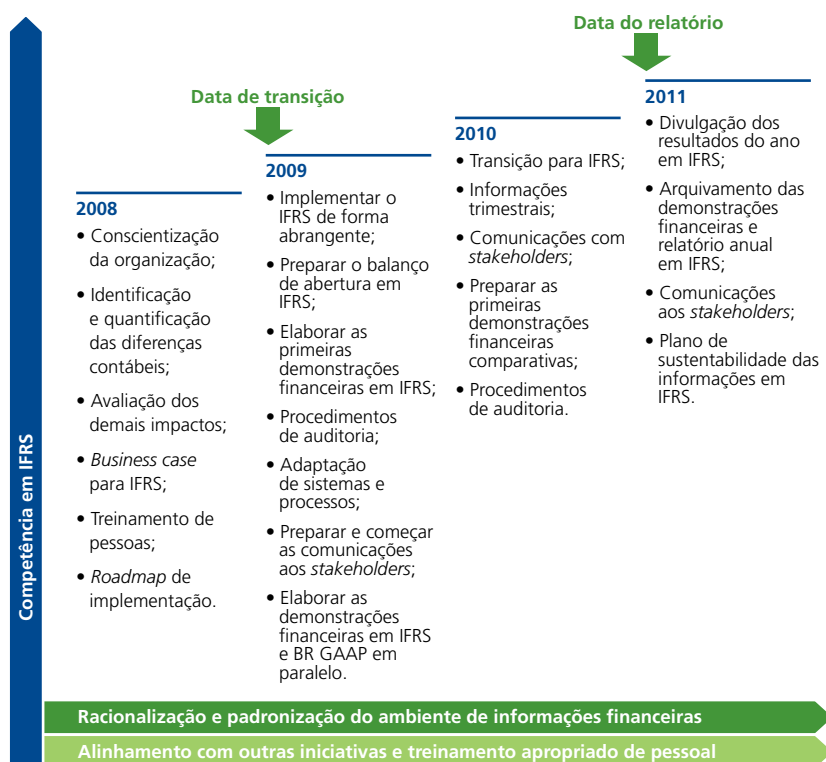
Estratégia e cronograma para implementação do IFRS

A conversão para o IFRS irá exigir o estabelecimento de um cronograma que cumpra uma transição cuidadosa e resulte em uma estrutura sustentável de elaboração de informações financeiras com base no novo modelo contábil. É provável que o cronograma para a implementação do IFRS seja mais demorado do que muitas empresas estimam, haja vista a experiência na União Européia. As razões incluem: demonstrações financeiras comparativas que serão exigidas a partir da adoção; implementação de natureza retrospectiva e profundidade de muitos dos impactos da conversão. O desenvolvimento antecipado de um plano multidisciplinar pode ajudar a aparelhar a empresa para as mudanças que estão chegando.

As empresas já devem começar a tirar vantagem das oportunidades de converter seus relatórios financeiros para o IFRS, desenvolvendo uma estratégia de sustentabilidade. Alavancando o treinamento e a experiência adquirida na conversão, as empresas estarão mais bem posicionadas para realizarem a conversão consolidada segundo o IFRS num futuro próximo.

Os líderes corporativos de áreas-chave da organização deverão promover: o aumento da conscientização sobre o IFRS, a avaliação das capacitações atuais da empresa para um tratamento equilibrado do novo padrão e o planejamento da melhor forma de abordagem e necessidades de capacitação. O planejamento inteligente oferece às empresas vantagens que seus concorrentes globais podem já ter em mãos.

Exemplo de cronograma da implementação do IFRS



Seguindo em frente

As forças de mercado, as atividades regulatórias, a promessa de eficiência e transparência das informações financeiras, entre outros fatores, estão levando o IFRS para as manchetes e agendas dos executivos em todo o setor empresarial brasileiro. O movimento a favor do IFRS é real. As empresas devem se fazer a seguinte pergunta: como podemos iniciar uma abordagem para a identificação dos impactos da adoção do IFRS?

IFRS – Readiness Assessment

A Deloitte desenvolveu este *Readiness Assessment* para medir qualitativamente o estágio atual em que as empresas estão a respeito da transição para o IFRS, bem como auxiliar na identificação das áreas em que esforços adicionais são necessários. Estão relacionados abaixo 12 elementos básicos que devem ser considerados como fatores-chaves para implementação

do novo modelo contábil. As respostas a essas questões variam do número 1 (se o processo está no começo) até o 5 (estratégia completamente implementada). Na coluna “Comentários adicionais”, você pode inserir comentários específicos sobre a estratégia da empresa relativa ao tópico em questão. Para calcular o resultado, siga as indicações da legenda.

Área	Questão-chave
Entendimento	Entendemos as estratégias dos órgãos reguladores (CVM, BC, Susep, SEC) com relação à transição para o IFRS e ao prazo/cronograma para sua implementação?
Supervisão	A administração desenvolveu um plano de transição para o IFRS contemplando um cronograma detalhado e a definição clara de responsabilidades?
Aprendizado	Um plano de treinamento em IFRS foi elaborado considerando-se todos os membros do conselho de administração e os funcionários envolvidos nos processos de relatórios financeiros?
Recursos	O tempo e treinamento requerido pela administração e executivos das áreas financeira, TI, jurídica, tesouraria, operação e demais departamentos/funções foram adequadamente avaliados ante a conversão para o IFRS?
Vantagem competitiva	A administração desenvolveu uma política de divulgação de IFRS com o objetivo de estabelecer vantagem competitiva para fornecer informações claras e transparentes em relação ao plano de transição para o IFRS e suas implicações nos relatórios financeiros, incluindo informações a serem disponibilizadas no <i>site</i> da empresa?
Impactos contábeis	As diferenças contábeis entre BR GAAP e o IFRS foram levantadas, documentadas, quantificadas e avaliadas com o objetivo de implementar novas práticas contábeis e demonstrações financeiras em IFRS, bem como de identificar os eventuais impactos futuros nos resultados e no patrimônio líquido da empresa?
Impactos fiscais	Os impactos sobre os impostos correntes e futuros decorrentes da conversão para o IFRS (nos valores e nas divulgações) foram adequadamente avaliados e endereçados ante as estratégias fiscais da empresa?
Impactos nos processos e controles internos	Os sistemas de controles internos da empresa foram revisados com o objetivo de identificar quaisquer modificações necessárias para sua transição para o IFRS (por exemplo, informações adicionais fornecidas por departamentos não financeiros)?
Impactos nos sistemas de Tecnologia da Informação (TI)	Os sistemas de TI da empresa, que apoiam os processos financeiros, foram revisados com o objetivo de identificar quaisquer modificações necessárias para sua transição para o IFRS (por exemplo, divulgação de informações adicionais requeridas por outros pronunciamentos contábeis)?
Avaliação de risco	Uma avaliação abrangente de risco, incluindo riscos de divulgação, foi realizada e foram designados controles e ações mitigantes de forma a reduzir os riscos identificados a respeito da implementação do IFRS?
Impactos nas obrigações contratuais e financiamentos	Os impactos em cláusulas restritivas (<i>covenants</i>), índices financeiros, capital circulante líquido, etc. foram adequadamente avaliados e endereçados junto às instituições financeiras credoras da organização?
Comunicação aos <i>stakeholders</i>	Foi desenhado um plano de comunicação ao mercado acerca dos impactos nas informações financeiras e ele será claramente descrito e comunicado de acordo com um cronograma adequado, permitindo que os investidores e demais <i>stakeholders</i> tenham tempo suficiente para compreender seus efeitos?
Resultado (Readiness score)	Soma das respostas

A Deloitte oferece serviços nas áreas de Auditoria, Consultoria Tributária, Consultoria em Gestão de Riscos Empresariais, Corporate Finance, Consultoria Empresarial, Outsourcing, Consultoria em Capital Humano e Consultoria Atuarial para clientes dos mais diversos setores. Com uma rede global de firmas-membro em mais de 140 países, a Deloitte reúne habilidades excepcionais e um profundo conhecimento local para ajudar seus clientes a alcançar o melhor desempenho, qualquer que seja o seu segmento ou região de atuação.

Os 165 mil profissionais da Deloitte estão comprometidos a tornarem-se o padrão de excelência do mercado e estão unidos por uma cultura colaborativa, que encoraja a integridade, o comprometimento, a força da diversidade e a geração de valor aos clientes. Eles vivenciam um ambiente de aprendizado contínuo, experiências desafiadoras e oportunidades de carreira enriquecedoras, dedicando-se ao fortalecimento da responsabilidade corporativa, à conquista da confiança do público e à geração de impactos positivos em suas comunidades.

No Brasil, onde atua desde 1911, a Deloitte é uma das líderes de mercado e seus mais de 3.500 profissionais são reconhecidos pela integridade, competência e habilidade em transformar seus conhecimentos em soluções para seus clientes. Suas operações cobrem todo o território nacional, com escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma *verein* (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

O conteúdo desta publicação não tem como objetivo esgotar todas as questões relacionadas ao IFRS e não deve ser utilizado como base na tomada de decisões. Para mais informações, contate-nos pelo e-mail comunicacao@deloitte.com ou pelo telefone (11) 5186-6686.